

O que falta na política econômica da Nova República

João Paulo de Almeida Magalhães

O programa econômico de fevereiro de 1986 tem todas as condições de resolver o problema fundamental da inflação brasileira. Contrariamente, contudo, ao que pretendem alguns, ele não garante a retomada dos investimentos criadores de capacidade produtiva, dos quais depende a consolidação do desenvolvimento nacional.

Alegam os otimistas que, com o término da inflação, desaparece a oportunidade de investimentos especulativos e os recursos correspondentes se transferirão automaticamente para atividades produtivas. Puro engano. Os juros mantêm-se no país a 20% a.a., o que torna excelente qualquer aplicação financeira. Certamente não existem mais os ganhos da correção monetária, mas isso é compensado pelo desaparecimento das perdas da inflação. Ou seja, mais cedo ou mais tarde, o especulador do mercado financeiro perceberá que a existência ou não de correção monetária não faz diferença, se a inflação é zero.

Suponhamos, contudo, que a ilusão financeira permaneça e os aplicadores se voltem para a compra de ações de empresas produtivas. Estas, quando forem decidir sobre o investimento desses novos recursos, vão concluir que, entre aumentar uma capacidade cuja rentabilidade máxima é de 15%, ou aplicar no mercado financeiro a juros de 20%, esta última constitui a melhor alternativa. Ou seja, chegaríamos ao mesmo resultado, só que de maneira mais complicada.

Permanece, pois, o impasse na realização de novos investimentos, resultante, como hoje se reconhece, da elevada taxa de juros. Esta, por sua vez, decorre da baixa margem de poupanças à disposição do país, cujo nível atual é de 17% do PIB, quando as necessidades reais são de 23% a 24%. E tudo isso resulta de que, em função do nosso endividamento externo, estamos remetendo anualmente para o exterior cerca de 5% do PIB, ou seja, em torno de 12 bilhões de dólares.

Este é o problema que a Nova República deve enfrentar e resolver, para oferecer ao país mais do que um simples programa de contenção do surto inflacionário.

Para tanto, três caminhos estão disponíveis. O primeiro deles seria importar quantidades substanciais de poupança externa com a desnacionalização final da nossa economia. Como, felizmente, o mercado financeiro está hoje (e ainda por muito tempo) fechado, dispenso-me de comentar essa alternativa.

O segundo caminho consistiria em substituir as poupanças drenadas para o exterior por maiores poupanças internas. Infelizmente isso não poderia ser feito através da tributação de grupos de maiores rendas. Diante de tal tipo de pressão, o comportamento destes consiste em reduzir sua

margem de poupança, mantendo os níveis de consumo. Haveria, portanto, simples transferência de poupança, do setor privado para o setor público, em vez de criação de poupança nova. A alternativa seria, portanto, taxar os assalariados. Estes recebem hoje 50% do PIB. Para passarmos da margem atual de 17% de poupanças sobre o PIB para modestos 22%, teríamos de reduzir a participação dos trabalhadores de 50% para 45% do PIB, ou seja, cortar em 10% seus salários reais. Haverá quem acredite que isso seja politicamente exequível?

Fica, então, o terceiro caminho e este ataca diretamente a questão da drenagem determinada pela dívida externa. Não se trata de repudiá-la, mas estabelecer, como país soberano, as condições em que será paga. Um insuspeitíssimo presidente do Banco Central no período da revolução propõe que suspendamos, durante 5 anos, o pagamento de juros. Estes equivalem aproximadamente aos 10 ou 12 bilhões de dólares que estamos remetendo anualmente para o exterior. Tal fórmula é, de longe, a melhor, porque ataca o problema na raiz e em toda sua amplitude.

Tal tipo de medida não apresenta maior risco para o país. As objeções parecem, assim, ser de caráter puramente ético. Para eliminar esse tipo de inquietação, nada melhor do que meditarmos sobre o comportamento dos países produtores de petróleo. Eles constituem um bom exemplo, porque se acham na base de todas as nossas dificuldades presentes.

Os chefes de estado desses países se aproveitaram friamente de uma posição monopolista e impuseram ao mundo um tributo que, se não o levou ao colapso, causou-lhe pelo menos uma dura e prolongada recessão. Desse tributo só o Brasil pagou cerca de 3 bilhões de dólares anuais, a partir de 1974, sendo este montante elevado para 9 bilhões de dólares em 1979-80.

Como consequência dessa verdadeira chantagem, nos tornamos grandes devedores internacionais. Isso todavia nos colocou em posição de força, porque ninguém pode liquidar judicialmente um país soberano. Indago então: não chegou o momento de agirmos da mesma forma, estabelecendo quando e como vamos atender aos nossos compromissos financeiros externos? Não vejo motivos para escrúpulos quanto a esse tipo de atitude, porque, diferentemente dos países petrolíferos, não vamos tomar dinheiro de ninguém, mas simplesmente devolvê-lo nas condições mais convenientes para nós. Nem colocaremos a economia mundial à beira do colapso, mas, quando muito, causaremos certos prejuízos a banqueiros que foram, em última análise, cúmplices e grandes beneficiários da chantagem petrolífera.